



Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio

00:2015/451193-5
JUCERJA

18 dez 2015 11:44
Guia: 101815458

3330008797-4

Atos: 980

COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS CEDAE

HASH: D15124511935S

Cumprir a exigência no Junta = Calculado: 459,00 Pago: 459,00
mesmo local da entrada. DNRC = Calculado: 0,00 Pago: (21,00)
ULT. ARO.: 00002849757 11/12/2015 307 PRONT.: E66V

NIRE (da sede ou da filial, quando a sede for em outra UF)	CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA	Nº DO AUX
3330008797-4		



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome: COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS CEDAE

Nire: 3330008797-4

Protocolo: 00:2015/451193-5

18/12/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 21/12/2015, E O REGISTRO SOB O NÚMERO

E DATA ABAIXO.

ED33000663-8/000

DATA: 21/12/2015

Bernardo F. S. Berwanger
SECRETÁRIO GERAL

requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE.	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
01		980		REGISTRO DE ESCRITURA DE DEPENDÊNCIAS

(vide Instruções de preenchimento e Tabela 2)

RIO DE JANEIRO

Local

18 / 12 / 15

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: HELIO CABRAL MORAES

Assinatura:

Telefone de contato: (21) 2332-3644

Helio Cabral M.
Diretor Administrativo e de Relações com Inve-
stidores - C.F.A.

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

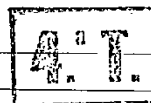
☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM



Processo em ordem.
A decisão.

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

21 / 12 / 2015

Data

Vogal
Presidente da Turma

Antônio Elói de Queiroz Junior
Vogal - JUCERJA
ID 43587886

Antônio Elói de Queiroz Junior
Vogal - JUCERJA
ID Funcional: 4176666 0

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS CEDAE

Nire: 33300087974

Protocolo: 0020154511935 - 18/12/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 21/12/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 6C13209CE5E6499167B0F1331BCD3168B33531242EF399F1E6E4522B043AA635

Arquivamento: ED33000663-8/000

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



3402657

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEXTA EMISSÃO, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE

entre

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE
como Emissora

e

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

Datado de
17 de dezembro de 2015



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEXTA EMISSÃO, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas,

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE, sociedade por ações de economia mista, com registro de companhia aberta (categoria A) perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Avenida Presidente Vargas, nº 2.655, Cidade Nova, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 33.352.394/0001-04, neste ato representada na forma do seu estatuto social (“Emissora”);

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das Debêntures (conforme abaixo definido) (“Debenturistas”),

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA., sociedade limitada, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001.46, neste ato representada na forma do seu contrato social (“Agente Fiduciário”);

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário, quando referidos em conjunto, denominados “Partes” e, individualmente, “Parte”,

celebram o presente “Instrumento Particular de Escritura da Sexta Emissão, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE” (“Escritura”), observadas as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS**

1.1. Autorização da Emissão e das Garantias Reais pela Emissora

1.1.2. A presente Escritura é celebrada com base na reunião do conselho de administração da Emissora, realizada em 18 de novembro de 2015 (“RCA da Emissora”), na qual foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão e da Oferta Restrita, bem como de seus termos e condições; (b) a outorga das Garantias Reais (conforme abaixo definido); e (c) a autorização à diretoria da Emissora para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão e à Oferta Restrita, incluindo a celebração do Contrato de Garantias Reais (conforme abaixo definido) e de aditamentos a esta Escritura, tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e no estatuto social da Emissora.

108

CLÁUSULA II REQUISITOS



3402659

A sexta emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da Emissora ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.385"), e da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita", respectivamente), é realizada com observância dos requisitos descritos a seguir.

2.1. Arquivamento e Publicação dos Atos Societários

2.1.1. A ata da RCA da Emissora será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA"), e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Comércio ("Jornais de Publicação"), nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2. Inscrição da Escritura na JUCERJA

2.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCERJA, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva data de assinatura. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura e de eventuais aditamentos inscritos na JUCERJA em até 5 (cinco) Dias Úteis após o respectivo registro.

2.3. Registro das Garantias Reais

2.3.1 O Contrato de Garantias Reais será registrado nos cartórios de registro de títulos e documentos das comarcas do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e de São Paulo, Estado de São Paulo até a Data de Emissão. Uma via devidamente registrada do Contrato de Garantias Reais deverá ser entregue ao Agente Fiduciário no prazo estabelecido no Contrato de Garantias Reais.

2.4. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.4.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385.

2.4.2. Por se tratar de distribuição pública, com esforços restritos, a Oferta Restrita poderá vir a ser registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" atualmente em vigor, exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, após a expedição de diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

108

2.5. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

2.5.1. As Debêntures serão depositadas para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e
- (b) negociação no mercado secundário, prioritariamente com a utilização de mecanismos que permitam o direito de interferência de terceiros, por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. Não obstante o disposto na Cláusula 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definido) nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados a partir da data de cada subscrição ou aquisição, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DA OFERTA RESTRITA

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social:

- (i) a exploração de serviços públicos e de sistemas privados de captação, produção, adução e distribuição de água e seus subprodutos, de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequada de esgotos domésticos e industriais e seus subprodutos, de tratamento e disposição final adequada de resíduos sólidos domésticos e industriais, serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, outros serviços relativos à saúde da população, prestação de consultoria, assistência técnica e certificação nestas áreas de atuação e outros serviços de interesse para a Emissora e para o Estado do Rio de Janeiro, dentro ou fora de seus limites territoriais, podendo, para atingir tais fins, participar, majoritariamente ou minoritariamente, de consórcios ou sociedades com empresas privadas; e
- (ii) a cobrança e o recebimento de contas referentes às tarifas ou receitas fixadas pelo poder público para custeio da prestação dos serviços definidos na alínea ‘i’ acima, cabendo-lhe cumprir e fazer cumprir as normas pertinentes ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, inclusive no tocante à aplicação de penalidades e interrupção da prestação desses serviços aos usuários faltosos.



3.2. Número da Emissão

3.2.1. As Debêntures representam a 6ª (sexta) emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Quantidade de Debêntures

3.3.1. Serão emitidas 200 (duzentas) Debêntures.

3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em série única.

3.5. Valor Total da Emissão

3.5.1. O valor total da Emissão é de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão").

3.6. Destinação dos Recursos

3.6.1. Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão destinados: (i) para financiamento de capital de giro e outras atividades usuais da Emissora; e (ii) ao pagamento das despesas da Emissão e da Oferta Restrita, inclusive comissões do Coordenador Líder e despesas de registro em cartório.

3.7. Regime de Colocação e Procedimento de Distribuição

3.7.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação da totalidade das Debêntures, com intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Coordenador Líder"), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme, da Sexta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Colocação").

3.7.2. O plano de distribuição das Debêntures observará o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

3.7.3. Nos termos da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada pela Instrução da CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014 ("Instrução CVM nº 539" e "Instrução CVM nº 554", respectivamente) e para fins da Oferta Restrita, serão considerados:

- (i) "Investidores Profissionais": (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-A



3402662

(ii)

da Instrução CVM nº 539; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes; e

“Investidores Qualificados”: (i) Investidores Profissionais; (ii) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B da Instrução CVM nº 539; (iii) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados.

3.7.3.1. Os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.

3.7.4. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.7.5. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder.

3.7.6. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos de subscrição das Debêntures, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Profissionais.

3.7.7. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando, dentre outros, (i) possuir conhecimento sobre o mercado financeiro suficiente para que não lhe sejam aplicáveis um conjunto de proteções legais e regulamentares conferidas aos demais investidores, (ii) ser capaz de entender e ponderar os riscos financeiros relacionados à aplicação de seus recursos em valores mobiliários que só podem ser adquiridos por Investidores Profissionais, (iii) possuir investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), (iv) estar ciente de que a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e que poderá ser registrada na ANBIMA exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados ANBIMA, nos termos da Cláusula 2.2 acima; (ii) estar ciente de que as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na

regulamentação aplicável e nesta Escritura; e (v) estar integralmente de acordo com todos os termos e condições da Oferta Restrita.

3.7.8. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese, e será admitida, a exclusivo critério da Emissora, a distribuição parcial das Debêntures.

3.7.9. Na hipótese de distribuição parcial das Debêntures, as Debêntures que não forem efetivamente subscritas e integralizadas deverão ser obrigatoriamente canceladas, devendo ser objeto de aditamento à presente Escritura, sem necessidade de aprovação dos Debenturistas.

3.7.10. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Profissionais interessados em adquirir as Debêntures.

3.8. Banco Liquidante e Escriturador

3.8.1. O banco liquidante e escriturador da Emissão será o Banco Bradesco S.A. ("Banco Liquidante" e "Escriturador"). O Escriturador é responsável por realizar a escrituração das Debêntures entre outras responsabilidades definidas nas normas editadas pela CETIP. O Banco Liquidante e Escriturador poderão ser substituídos a qualquer tempo.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.2. **Data de Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 29 de dezembro de 2015 ("Data de Emissão").

4.1.3. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 29 de dezembro de 2020 ("Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a Data de Vencimento (exclusive).

4.1.4. **Forma e Comprovação de Titularidade das Debêntures:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelares ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato emitido pela CETIP, em nome de cada Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.1.5. **Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.6. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real.

12



3402664

4.1.7. **Garantias Reais:** Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora no âmbito da Emissão, nos termos desta Escritura e dos demais documentos relacionados à Emissão, conforme prorrogados, alterados e/ou aditados de tempos em tempos, incluindo, sem limitação: (a) a totalidade da dívida representada pelas Debêntures, considerando-se os valores devidos a título de Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) e Remuneração; (b) todos os Encargos Moratórios e multas decorrentes de eventual atraso, pela Emissora, no pagamento das obrigações devidas nos termos das Debêntures e assumidas nos termos desta Escritura; (c) quaisquer despesas incorridas pelo Agente Fiduciário; e (d) todos os tributos, despesas e custos devidos pela Emissora com relação às Debêntures, incluindo gastos com honorários advocatícios, depósitos, verbas indenizatórias, custas e taxas judiciais e extrajudiciais ("Obrigações Garantidas"), serão constituídas as seguintes garantias reais: (i) cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Emissora oriundos da prestação de Serviços, pela Emissora, para os Usuários dos Municípios Autorizados; e (ii) cessão fiduciária sobre o saldo positivo da conta vinculada na qual a Emissora se obriga a depositar mensalmente os recursos oriundos dos direitos creditórios referidos na alínea 'i' acima ("Conta Vinculada"), em montante equivalente a, no mínimo, R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), sendo que deverá permanecer retido na Conta Vinculada (a) o montante equivalente ao pagamento da Amortização Programada (conforme abaixo definido) devida no mês subsequente, acrescido da Remuneração devida na próxima Data de Pagamento da Remuneração, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios; (b) em caso de Evento de Retenção (conforme definido no Contrato de Garantias Reais), o montante equivalente ao pagamento das Amortizações Programadas devidas nos 3 (três) próximos meses subsequentes, acrescido da Remuneração devida nas 3 (três) próximas Datas de Pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios; e (c) em caso de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, o valor integral das Amortizações Programadas ainda devidas, acrescidas da Remuneração aplicável, sem prejuízo dos acréscimos de Encargos Moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das Obrigações Garantidas ("Garantias Reais").

4.1.7.1 As Garantias Reais serão formalizadas por meio do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Garantias Reais"), e cujo monitoramento será feito pelo Agente Fiduciário, nos termos de referido contrato, sem prejuízo das obrigações estipuladas nesta Escritura. O Contrato de Garantias Reais irá detalhar as demais características das Garantias Reais bem como impor diversas outras obrigações para Emissora, nos termos nele descritos.

4.1.7.2. Cabe ao Agente Fiduciário requerer, em nome dos Debenturistas, a execução judicial ou extrajudicial das Garantias Reais, uma vez verificada qualquer hipótese de inadimplemento das Obrigações pela Emissora, salvo em caso de deliberação em contrário tomada pelos Debenturistas reunidos em AGD, especialmente convocada para tal fim, observado o disposto no Contrato de Garantias Reais.

4.1.7.3. As Garantias Reais poderão ser executadas, individual ou conjuntamente, e exigidas pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias para a integral liquidação dos valores devidos em razão das Obrigações. A não excussão, total ou parcial, das Garantias Reais, ou sua excussão tardia, por parte do Agente Fiduciário, não ensejará, em hipótese nenhuma, perda do direito de excussão das Garantias Reais pelos Debenturistas.



3402665

4.1.8. **Prazo e Forma de Subscrição e Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, em uma única data (“Data de Integralização”), pelo seu Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.2. Remuneração

4.2.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.2.2. Sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over* extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida de um *spread* ou sobretaxa equivalente a 2,74% (dois inteiros e setenta e quatro centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração”).

4.2.2.1. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a data de seu efetivo pagamento (exclusive).

4.2.2.2. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

onde:

J = valor da Remuneração devida em cada Data de Pagamento da Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde:

FatorDI = produtório das Taxas DI, desde a Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a respectiva data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 (um) até n_{DI} .

n_{DI} = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo " n_{DI} " um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI de ordem k , divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Fator *Spread* = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculada conforme a seguinte fórmula:

$$\text{FatorSpread} = \left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

spread = 2,7400; e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro.

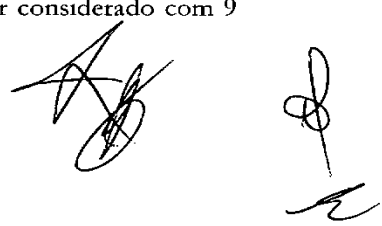
4.2.2.3. Observações:

(a) o fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;

(b) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

(c) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "FatorDI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

(d) o fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e



(e) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.2.2.4. No caso de extinção, indisponibilidade temporária ou ausência de apuração da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar AGD (na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e da presente Escritura), cujo aviso será publicado no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis após (i) o prazo de 10 (dez) dias consecutivos da indisponibilidade temporária ou ausência de apuração da Taxa DI; ou (ii) a data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação da Taxa Substitutiva, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a última taxa de remuneração e/ou índice de atualização divulgados oficialmente, acrescidos dos percentuais ou sobretaxas aplicáveis, de forma *pro rata temporis* desde a data do evento (na qual a Taxa DI foi extinta, ou tornou-se indisponível ou ausente) até a data da definição ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os titulares das Debêntures quando da divulgação posterior da taxa/índice de remuneração/atualização que seria aplicável.

4.2.2.5. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida AGD não será mais realizada, e a Taxa DI divulgada passará novamente a ser utilizada para o cálculo da Remuneração.

4.2.2.6. Caso não haja acordo na AGD sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. A Taxa DI a ser utilizada para cálculo da Remuneração nesta situação será a última Taxa DI disponível.

4.3. Pagamento da Remuneração

4.3.1. A Remuneração será paga mensalmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 29 de janeiro de 2016 e o último na Data de Vencimento (cada data, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). Os pagamentos da Remuneração referentes aos meses de fevereiro serão sempre efetuados no último Dia Útil do mês.

4.4. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.4.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 37 (trinta e sete) parcelas mensais e consecutivas, a partir do 24º (vigésimo quarto mês) contado da Data de Emissão, sendo a primeira parcela devida em 29 de dezembro de 2017 e a última parcela devida na Data de Vencimento ("Amortização Programada"), de acordo com a tabela abaixo:



116

PARCELA	DATA DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO A SER AMORTIZADO
1ª	29/12/2017	2,7030%
2ª	29/01/2018	2,7030%
3ª	28/02/2018	2,7030%
4ª	29/03/2018	2,7030%
5ª	29/04/2018	2,7030%
6ª	29/05/2018	2,7030%
7ª	29/06/2018	2,7030%
8ª	29/07/2018	2,7030%
9ª	29/08/2018	2,7030%
10ª	29/09/2018	2,7030%
11ª	29/10/2018	2,7030%
12ª	29/11/2018	2,7030%
13ª	29/12/2018	2,7030%
14ª	29/01/2019	2,7030%
15ª	28/02/2019	2,7030%
16ª	29/03/2019	2,7030%
17ª	29/04/2019	2,7030%
18ª	29/05/2019	2,7030%
19ª	29/06/2019	2,7030%
20ª	29/07/2019	2,7030%
21ª	29/08/2019	2,7030%
22ª	29/09/2019	2,7030%
23ª	29/10/2019	2,7030%
24ª	29/11/2019	2,7030%
25ª	29/12/2019	2,7030%
26ª	29/01/2020	2,7030%
27ª	29/02/2020	2,7030%
28ª	29/03/2020	2,7030%
29ª	29/04/2020	2,7030%
30ª	29/05/2020	2,7030%
31ª	29/06/2020	2,7030%
32ª	29/07/2020	2,7030%
33ª	29/08/2020	2,7030%
34ª	29/09/2020	2,7030%
35ª	29/10/2020	2,7030%
36ª	29/11/2020	2,7030%
37ª	Data de Vencimento	Saldo do Valor Nominal Unitário

4.5. Local de Pagamento

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriutador, para as Debêntures que eventualmente não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

17

4.6. Prorrogação dos Prazos



4.6.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer Obrigação relativa às Debêntures, pela Emissora, até o 1º (primeiro) Dia Útil (assim entendido como qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados declarados nacionais ("Dia Útil")) subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja um Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.

4.7. Encargos Moratórios

3402669

4.7.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Emissora aos Debenturistas nos termos desta Escritura, observados os respectivos prazos de cura, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória, de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) ("Encargos Moratórios").

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

4.9. Repactuação

4.9.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

4.10. Aquisição Facultativa

4.10.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476 e o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, incisos I e II da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures: (a) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora; ou (b) por valor superior ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora conforme aqui estabelecido poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures.

4.11. Resgate Antecipado Facultativo

4.11.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, a qualquer momento a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar o resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo").

4.11.2. O Resgate Antecipado Facultativo somente poderá ocorrer mediante o envio de comunicação dirigida a cada um dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário e para a CETIP, ou publicação nos Jornais de Publicação ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo"), com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo ("Data do Resgate Antecipado Facultativo").

4.11.3. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, os Debenturistas farão jus (i) ao pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso), acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo"); e (ii) ao prêmio *flat* incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado Facultativo, conforme tabela abaixo:

Período do Resgate Antecipado Facultativo	Valor do Prêmio (%)
Período compreendido entre a Data de Emissão e 29 de janeiro de 2016 (inclusive)	1,00
Período compreendido entre 29 de janeiro de 2016 (exclusive) e 29 de junho de 2016 (inclusive)	0,90
Período compreendido entre 29 de junho de 2016 (exclusive) e 29 de dezembro de 2016 (inclusive)	0,80
Período compreendido entre 29 de dezembro de 2016 (exclusive) e 29 de junho de 2017 (inclusive)	0,70
Período compreendido entre 29 de junho de 2017 (exclusive) e 29 de dezembro de 2017 (inclusive)	0,60
Período compreendido entre 29 de dezembro de 2017 (exclusive) e 29 de junho de 2018 (inclusive)	0,50
Período compreendido entre 29 de junho de 2018 (exclusive) e 29 de dezembro de 2018 (inclusive)	0,40
Período compreendido entre 29 de dezembro de 2018 (exclusive) e 29 de junho de 2019 (inclusive)	0,30
Período compreendido entre 29 de junho de 2019 (exclusive) e 29 de dezembro de 2019 (inclusive)	0,20
Período compreendido entre 29 de dezembro de 2019 (exclusive) e 29 de junho de 2020 (inclusive)	0,15
Período compreendido entre 29 de junho de 2020 (exclusive) e 28 de dezembro de 2020 (inclusive)	0,10

4.11.4. Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo deverá constar: (a) a Data do Resgate Antecipado Facultativo; (b) o Valor do Resgate Antecipado Facultativo; (c) a quantidade



3402671

de Debêntures a serem resgatadas; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.

4.1.5. Caso a Emissora opte pelo Resgate Antecipado Facultativo parcial das Debêntures, o Resgate Antecipado Facultativo será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário. Os Debenturistas sorteados serão informados, por escrito, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência sobre o resultado do sorteio, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

4.11.6. Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo de quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o respectivo Resgate Antecipado Facultativo também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

4.11.7. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo serão obrigatoriamente canceladas.

4.11.8. A data para realização do Resgate Antecipado Facultativo deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

4.12. Publicidade

4.12.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, nos Jornais de Publicação ou outro jornal que venha a ser designado para tanto pela assembleia geral de acionistas da Emissora, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

4.13. Imunidade Tributária

4.13.1. Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA V VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Observado o disposto nas Cláusulas 5.2 a 5.9 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as Obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a



Data de Integralização ou a última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos em lei e/ou de qualquer dos seguintes eventos (cada um desses eventos, um “Evento de Inadimplemento”):

- (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, estabelecida nesta Escritura ou no Contrato de Garantias Reais, não sanada no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis;
- 3402672(ii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures, estabelecida nesta Escritura ou no Contrato de Garantias Reais, não sanada no prazo aqui e ali estabelecido, ou, em caso de omissão, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis a contar da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário; ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora, conforme o caso, o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico nesta Escritura ou no Contrato de Garantias Reais;
- (iii) caducidade, encampação, não renovação, cancelamento ou revogação das Concessões ou qualquer outro ato ou efeito, cujo efeito, individual ou conjuntamente, represente redução no período, em comparação com o resultado anual e dos 3 (três) primeiros trimestres do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, em valor superior a 25% (vinte e cinco por cento) do montante de Arrecadações relativas exclusivamente aos Municípios Autorizados, conforme o Relatório de Arrecadações da Emissora;
- (iv) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e/ou licenças, de qualquer espécie, que não as Concessões, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora ou por qualquer de suas Controladas, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora ou a Controlada em questão comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das suas atividades até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- (v) provarem-se falsas, incorretas ou enganosas, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura ou no Contrato de Garantias Reais, em que a falsidade, incorreção ou o engano em questão não sejam sanados no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados: (i) do conhecimento, pela Emissora da falsidade, incorreção ou do engano, (ii) da comunicação pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (iii) da comunicação do Agente Fiduciário à Emissora, o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico nesta Escritura;
- (vi) ocorrência de (i) liquidação, dissolução ou decretação e falência da Emissora ou das Controladas; (ii) pedido de autofalência da Emissora ou das Controladas; (iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora ou das Controladas não elidido no prazo legal; (iv) propositura, pela Emissora e/ou por qualquer das Controladas de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (v) ingresso pela Emissora e/ou qualquer das Controladas em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;



- 21
- (vii) caso as garantias previstas no Contrato de Garantias Reais sejam objeto de penhora, arresto ou qualquer medida judicial ou administrativa de efeito similar ou tornem-se insuficientes, sem o devido reforço de garantia, de forma aceitável pelo Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Garantias Reais;
 - (viii) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
 - (ix) realização de redução do capital social da Emissora, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas, reunidos em AGD, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
 - (x) descumprimento pela Emissora de qualquer decisão judicial ou administrativa contra a Emissora ou qualquer Controlada, em valor individual ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, devendo tal valor ser corrigido anualmente a partir da Data de Emissão pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), no prazo estipulado na respectiva decisão;
 - (xi) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras, observados os prazos de cura previstos nos respectivos instrumentos, se houver, a que estejam sujeitas a Emissora ou qualquer de suas Controladas, no mercado local ou internacional (exceto pelas obrigações financeiras descritas na alínea 'xii' abaixo), em valor, individual ou agregado, superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, devendo tal valor ser corrigido anualmente desde a Data da Emissão pelo IPCA;
 - (xii) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras, observados os prazos de cura previstos nos respectivos instrumentos, se houver, assumidas pela Emissora ou qualquer de suas Controladas, no mercado local ou internacional, junto a instituições financeiras;
 - (xiii) protesto de títulos contra a Emissora ou qualquer de suas Controladas, ou inserção da Emissora ou de qualquer de suas Controladas em cadastro de inadimplentes, em valor individual ou agregado superior, a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, devendo tal valor ser corrigido anualmente desde a Data da Emissão pelo IPCA;
 - (xiv) se as Garantias Reais deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com a garantia real dos credores das Dívidas Existentes, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;
 - (xv) compartilhamento ou constituição de quaisquer novos Ônus (excetuados aqueles em decorrência das Dívidas Existentes, conforme descritos no Contrato de Garantias Reais) sobre as Garantias Reais ou sobre os bens e direitos a que elas se relacionam, nos termos do Contrato de Garantias Reais, sem a aprovação prévia de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em AGD;
 - (xvi) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura;



- 122
- (xvii) realização de qualquer pagamento de Participação no Resultado pela Emissora ou por qualquer Controlada caso esteja em mora com relação ao cumprimento das obrigações assumidas nos termos desta Escritura, exceto o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
 - (xviii) outorga ou constituição de garantias de quaisquer espécies em favor de terceiros sobre quaisquer bens ou direitos da Emissora, sem que haja prévia anuência dos Debenturistas, que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim, em valores individuais ou agregados, superiores a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
 - (xix) qualquer forma de Reorganização Societária envolvendo a Emissora, sem a prévia anuência de que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, em AGD especialmente convocada para esse fim;
 - (xx) Alienação ou Oneração do Controle da Emissora a uma Pessoa que não seja uma Parte Relacionada, sem a aprovação, prévia e escrita, de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, em AGD especialmente convocada para esse fim;
 - (xxi) existência de ato de qualquer Pessoa, com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar, ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos e propriedades da Emissora e/ou as ações representativas do capital social da Emissora e/ou de qualquer das Controladas;
 - (xxii) alteração do objeto social da Emissora que impacte de modo significativo as atividades atualmente desempenhadas pela Emissora e a prestação dos Serviços;
 - (xxiii) não manutenção, pela Emissora, do seguinte índice financeiro, a ser apurado anualmente pelo Agente Fiduciário, com base nas informações e documentos recebidos nos termos da Cláusula 6.1(i)(b) abaixo, no prazo de até 15 (quinze) dias a contar do recebimento de tais informações e documentos ("Índice Financeiro"):

$$\text{Dívida Líquida/EBITDA} < 3,50$$

onde:

"Dívida Líquida": corresponde ao somatório das dívidas onerosas consolidadas de empréstimos e financiamentos que tenham sido contraídos pela Emissora junto a pessoas jurídicas e instituições financeiras, conforme refletidos em suas demonstrações financeiras, incluindo, sem limitação, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, bem como valores a pagar a acionistas, reduzido pelo montante de caixa e equivalentes; e

"EBITDA": corresponde ao somatório, em base consolidada da Emissora: (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os tributos, contribuições e participações minoritárias, (ii) das despesas de depreciação e amortização, (iii) das despesas financeiras deduzidas das

23

receitas financeiras, (iv) do resultado não operacional e/ou resultado operacional não recorrente ocorrido no mesmo período; e (v) dos tributos.



5.1.1. O Índice Financeiro será verificado pelo Agente Fiduciário anualmente, com base no relatório referido na Cláusula 6.1(i)(b) abaixo, sendo a primeira verificação realizada com base nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

5.1.2. Para os fins desta Escritura, os seguintes termos terão os seguintes significados:

3402675(i)

- “Alienação”: significa qualquer operação que envolva, direta ou indiretamente, de forma voluntária ou involuntária, a venda, cessão, usufruto, alienação, transferência, contribuição, empréstimo, permuta, constituição de usufruto, promessa, compromisso ou qualquer outra forma de disposição, a qualquer título, direta ou indireta, parcial ou total, condicionada ou não, de quaisquer bens e direitos, ou dos respectivos poderes, pretensões, imunidades e faculdades, inclusive os derivados de propriedade, posse, uso ou fruição, por uma Pessoa a outra, inclusive por meio de Controladas, coligadas, Partes Relacionadas e Reorganização Societária;
- (ii) “Arrecadações”: significa o total de recebimento dos pagamentos dos Usuários em contraprestação dos Serviços;
- (iii) “Concessões”: significam as concessões outorgadas à Emissora para a prestação dos Serviços;
- (iv) “Controle” (bem como “Controlar” ou “Controlada”): significa a titularidade (direta ou indireta) de direitos de sócio que assegurem, de modo permanente, direta ou indiretamente, (i) a maioria dos votos nas deliberações de assembleia geral ou reuniões de sócios; e (ii) o poder de eleger a maioria dos membros do conselho de administração, da diretoria ou outro órgão administrativo superior, conforme o caso, da respectiva Pessoa;
- (v) “Dívidas Existentes”: significam todas as dívidas não liquidadas da CEDAE à época da celebração deste Contrato, quais sejam: (i) Cédula de Crédito Bancário nº 433.257-52, emitida pela CEDAE em favor da Caixa Econômica Federal em 30 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 1.076.595.796,52 (um bilhão, setenta e seis milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, setecentos e noventa e seis reais e cinquenta e dois centavos); (ii) Cédula de Crédito Bancário nº 449.982-71, emitida pela CEDAE em favor da Caixa Econômica Federal em 08 de janeiro de 2015, no valor de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais); (iii) “Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, de Debêntures não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Real, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE”, celebrada em 15 de fevereiro de 2012 entre a CEDAE e o Agente Fiduciário, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); (iv) “Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE”, celebrada em 09 de janeiro de 2013 entre a CEDAE e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“Pentágono”), no valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais); (v) “Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia



3402676

- (vi) “Municípios”: são todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro, para os quais a Emissora presta os Serviços;
- (vii) “Municípios Autorizados”: são os municípios do Estado do Rio de Janeiro aos quais a Emissora presta os Serviços, conforme descritos no Anexo I a esta Escritura;
- (viii) “Ônus”: quaisquer ônus, gravames, direitos e opções, compromisso à venda, outorga de opção, fideicomisso, uso, usufruto, acordo de acionistas, cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, preferência ou prioridade, garantias reais ou pessoais, e quaisquer feitos ajuizados, fundados em ações reais ou pessoais reipersecutórias, tributos (federais, estaduais ou municipais), de qualquer natureza, inclusive por atos involuntários;
- (ix) “Pessoa”: significa qualquer pessoa natural, pessoa jurídica (de direito público ou privado), personificada ou não, condomínio, *trust*, veículo de investimento, comunhão de recursos ou qualquer organização que represente interesse comum, ou grupo de interesses comuns, inclusive previdência privada patrocinada por qualquer pessoa jurídica;
- (x) “Parte Relacionada”: (a) Com relação a uma Pessoa, qualquer outra Pessoa que (i) a Controle, (ii) seja por ela Controlada, (iii) esteja sob Controle comum, e (iv) seja com ela coligada, (b) com relação a determinada pessoa natural, os familiares até segundo grau, e (b) com relação a determinada pessoa jurídica, fundos de investimento exclusivo, ou entidade de fechada de previdência complementar por ela patrocinada;
- (xi) “Participação no Resultado”: dividendos, lucros, juros sobre capital próprio, resgate, amortização ou qualquer participação no resultado de qualquer Pessoa distribuída aos seus sócios, acionistas, associados, quotistas, proprietários ou titulares de participação em questão, conforme o caso;
- (xii) “Relatório de Arrecadações”: relatório contendo (i) o total das Arrecadações no período indicado; e (ii) memória de cálculo para apuração do percentual referido na alínea (iv) da Cláusula 5.1.1 acima, referente aos Municípios Autorizados;
- (xiii) “Reorganização Societária”: significa, em relação a uma Pessoa, qualquer transformação, cisão, fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações), ou qualquer outra forma de combinação de negócios, conforme definido na Instrução CVM 565, de 15 de junho de 2015;
- (xiv) “Serviços”: são os Serviços de Água e os Serviços de Esgoto, em conjunto, assim como a cobrança por tais serviços, prestados pela Emissora no âmbito das Concessões;

28
1



- (xv) “Serviços de Água”: são os serviços de captação, tratamento, adução e distribuição de água potável;
- (xvi) “Serviços de Esgoto”: são os serviços de coleta, transporte e tratamento de esgotos; e
- (xvii) “Usuários”: são os usuários dos Serviços da categoria residencial, comercial e industrial;

3402677

5.2. A ocorrência de qualquer dos eventos acima descritos deverá ser prontamente comunicada ao Agente Fiduciário pela Emissora em prazo de até 3 (três) Dias Úteis de seu conhecimento. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura, no Contrato de Garantias Reais e nos demais documentos da Emissão ou da Oferta Restrita, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das Obrigações.

5.3. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas ‘i’, ‘ii’, ‘v’, ‘vi’, ‘vii’, ‘viii’, ‘ix’, ‘xi’, ‘xii’, ‘xv’, ‘xvi’, ‘xvii’, ‘xviii’, ‘xix’ e ‘xx’ da Cláusula 5.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as Obrigações constantes desta Escritura.

5.4. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nas demais alíneas da Cláusula 5.1 acima (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 5.3 acima), o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, AGD para deliberar sobre a eventual não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula VIII desta Escritura e o quórum específico para as deliberações estabelecido na Cláusula 5.5 abaixo.

5.5. A AGD a que se refere a Cláusula 5.4 acima poderá, por deliberação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures. Se na referida AGD, Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, decidirem por não declarar o vencimento antecipado das Debêntures, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não realização da AGD por falta de quórum ou qualquer outro motivo, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

5.6. Na ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura em até 2 (dois) Dias Úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.



5.7. A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP sobre o pagamento de que trata a Cláusula 5.6 acima, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

CLÁUSULA VI OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora adicionalmente se obriga a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
- a) até, no máximo, o último Dia Útil do prazo legal exigido para divulgação das informações trimestrais de cada um dos 3 (três) trimestres de cada exercício social, ou em até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas informações financeiras relativas ao respectivo trimestre, acompanhada de relatório de revisão especial dos auditores independentes e do Relatório de Arrecadações referente às Arrecadações da Emissora do trimestre em questão, com a indicação das rubricas necessárias à sua apuração e a comparação com as Arrecadações do mesmo período relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, e (b) declaração dos diretores da Emissora de que não ocorreu nenhuma das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.1 desta Escritura;
 - b) até, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou em até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, sobre o Índice Financeiro, e do Relatório de Arrecadações referente às Arrecadações da Emissora do exercício em questão, com a indicação das rubricas necessárias à sua apuração e a comparação com as Arrecadações do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014; (2) declaração dos diretores da Emissora de que não ocorreu nenhuma das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.1 desta Escritura; (3) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora, sendo que esta obrigação não será aplicável a comunicações que não tenham implicação direta relevante sobre as Debêntures; (4) relatório contendo memória de cálculo para acompanhamento do Índice Financeiro; e (5) cópia do organograma atualizado do grupo econômico da Emissora, incluindo as suas Controladas, com base na data de envio do relatório;
 - c) (1) data e ordem do dia de qualquer assembleia geral de acionistas no mesmo dia da publicação de sua convocação, e (2) cópias de todas as atas de assembleias gerais, de todas as reuniões do Conselho de Administração da Emissora que forem levadas a registro nos termos do parágrafo 1º do



artigo 142 da Lei das Sociedades por Ações e, se instalado, e de todas as atas do Conselho Fiscal, que forem publicadas ou levadas a registro, na data em que forem realizadas;

- d) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente Emissão;
 - e) caso solicitados, os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas, no prazo de até 3 (três) dias contados da respectiva data de solicitação; e
 - f) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 5.1 acima, imediatamente após sua ocorrência;
- (ii) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas auditadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - (iii) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
 - (iv) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (v) manter os documentos mencionados na alínea (iv) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (vi) observar as disposições da Instrução CVM 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (vii) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente tal fato ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário;
 - (viii) fornecer as informações solicitadas pela CVM tempestivamente;
 - (ix) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
 - (x) convocar AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão ou com as Debêntures, nos termos da Cláusula VIII desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
 - (xi) manter, em adequado funcionamento, órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
 - (xii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;



3402680

- 20
- (xiii) notificar o Agente Fiduciário e a CETIP, se aplicável, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora; e
- (xiv) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto eventuais descumprimentos que não venham a causar um impacto que afete adversamente os negócios, atividades ou condição financeira da Emissora, suas Controladas ou coligadas ("Impacto Adverso Relevante").

CLÁUSULA VII AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora neste ato constitui e nomeia a Planner Trustee DTVM Ltda., qualificada no preâmbulo desta Escritura, como Agente Fiduciário da Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas.

7.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, estando autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, conforme artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- (vi) estar ciente dos termos da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil, conforme alterada;
- (vii) que a Oferta Restrita, a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida, ou a que esteja sujeito; e
- (viii) é equiparado a uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras.

7.2.1. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

29

7.3. Substituição do Agente Fiduciário



7.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, AGD para a escolha de novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

34026817.3.2. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar a substituição.

7.3.3. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário na hipótese de vacância.

7.3.4. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.5. É facultado aos Debenturistas, após a integralização das Debentures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

7.3.6. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º e seguintes da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.7. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser registrado na JUCERJA, e posteriormente encaminhado à CVM.

7.3.8. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou, na hipótese de Agente Fiduciário substituto, a partir da data de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas as suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.9. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da Lei das Sociedades por Ações e da CVM.

7.4. Deveres do Agente Fiduciário

7.4.1. Além de outros previstos em lei ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;



3402682

- 30
- (ii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
 - (iii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
 - (iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
 - (v) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
 - (vi) promover, às expensas da Emissora, caso ela não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos na JUCERJA, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
 - (vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
 - (viii) informar os Debenturistas sobre a ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 5.1 desta Escritura;
 - (ix) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
 - (x) verificar a regularidade da constituição das Garantias Reais, bem como valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos do Contrato de Garantias Reais;
 - (xi) intimar a Emissora a reforçar as Garantias Reais, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, observados os termos do Contrato de Garantias Reais;
 - (xii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, às expensas da Emissora, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, juntas de conciliação e julgamento, das varas da Justiça Federal, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede do estabelecimento principal da Emissora;
 - (xiii) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
 - (xiv) convocar, às expensas da Emissora, quando necessário, AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos Jornais de Publicação, e enviar à CVM e à CETIP, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à AGD;
 - (xv) comparecer a qualquer AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;



(xvi) elaborar o relatório anual, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

- (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela Emissora;
- (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) pagamento da Remuneração e Amortização Programada das Debêntures realizados no período, bem como aquisições, resgates, amortizações e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura e nos demais documentos relacionados à Oferta Restrita;
- (i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias Reais;
- (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, por sociedade coligada, Controlada, Controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (i) denominação da companhia ofertante; (ii) valor da emissão; (iii) quantidade de debêntures emitidas; (iv) espécie; (v) prazo de vencimento das debêntures; (vi) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (vii) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período;

(xvii) colocar o relatório de que trata a alínea (xvi) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- (a) na sede da Emissora;
- (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
- (c) na CVM;
- (d) na sede do Coordenador Líder; e

1132

(e) na CETIP.



- (xviii) publicar, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (xix) divulgar as informações referidas na alínea “j” da Cláusula 7.4.(xvi) acima em sua página na internet tão logo delas tenha conhecimento;
- (xx) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Escriturador, e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Escriturador e a CETIP a atender quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (xxi) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer à Emissora;
- (xxii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, à CETIP e ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar;
- (xxiii) verificar o cumprimento pela Emissora das obrigações previstas na Cláusula 6.1, acima;
- (xxiv) cumprir com os demais deveres previstos da Instrução CVM 28, em lei ou em ato normativo da CVM;
- (xxv) acompanhar, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura;
- (xxvi) informar aos Debenturistas a existência de qualquer valor disponível para recebimento por parte dos Debenturistas em razão das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nos termos desta Escritura; e
- (xxvii) coordenar os sorteios realizados no caso de Resgate Antecipado Facultativo parcial, nos termos desta Escritura.

7.4. Atribuições Específicas

7.4.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunidade dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições acima especificadas;
- (ii) proceder à execução das Garantias Reais, conforme estabelecido no Contrato de Garantias Reais;

33



- (iii) requerer a falência da Emissora, se não houver Garantias Reais suficientes ou em qualquer outra hipótese legal para tanto;
- (iv) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.

7.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas 'i', 'ii', 'iii' e 'iv' da Cláusula 7.4.1 acima, se convocada a AGD e esta assim o autorizar, por deliberação de 90% (noventa por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação de 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea 'v' da Cláusula 7.4.1 acima.

7.5. Remuneração do Agente Fiduciário

7.5.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (i) a título de honorários pelos serviços, serão devidas parcelas anuais de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) para o acompanhamento padrão dos serviços de Agente Fiduciário, devidas 5 (cinco) Dias Úteis após a data de assinatura desta Escritura, e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes. Referida remuneração será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, a ser paga proporcionalmente com base nos meses de atuação do Agente Fiduciário;
- (ii) caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas Obrigações ou em caso de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, será devida, ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicada (a) à assessoria aos Debenturistas; (b) ao comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os Debenturistas; (c) à implementação das consequentes decisões dos Debenturistas e da Emissora; (d) à execução das Garantias Reais ou das Debêntures. Referida remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado;
- (iii) as parcelas de remuneração serão atualizadas, anualmente, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado, a partir da Data de Emissão, ou na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo;
- (iv) os impostos (ISSQN, PIS e COFINS), nas alíquotas vigentes na data de pagamento, serão acrescidos à remuneração estabelecida nesta Cláusula 7.5.1;
- (v) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, em decorrência da



3402686

remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido; e

- (vi) eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características da Emissão poderão ensejar a revisão dos honorários estabelecidos nesta Escritura, a serem acordados entre a Emissora e o Agente Fiduciário.

7.5.2 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. Desta maneira, as remunerações indicadas na Cláusula 7.5.1 acima não incluem as despesas razoáveis e comprovadas, incluindo, mas não se limitando a, despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função a ser desempenhada pelo Agente Fiduciário, nos termos desta Escritura ou nos termos previstos em lei. Não estão também incluídas as despesas com eventuais especialistas, tais como auditoria em garantias relacionadas com a Emissão e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das obrigações aqui assumidas pela Emissora. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão também suportadas pela Emissora. Tais despesas incluem, ainda, honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente suportadas pela Emissora. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis e comprovadas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, ressarcidas pela Emissora. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 5 (cinco) dias, devendo os Debenturistas ser ressarcidos pela Emissora, nos termos da Cláusula 7.5.3 abaixo.

7.5.3 O ressarcimento a que se refere a Cláusula 7.8 acima será efetuado em até 10 (dez) Dias Úteis contados da entrega, à Emissora, dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

7.5.4 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures.

7.5.3 Os poderes, pretensões e faculdades atribuídas, ao Agente Fiduciário, nesta Escritura poderão ser exercidos direta e conjuntamente pelos Debenturistas, após deliberação em AGD, conforme procedimento aqui estabelecido, caso o Agente Fiduciário não os exerça, retarde em exercê-los, ou exerça-os em desconformidade, total ou parcial com esta Escritura.

38

CLÁUSULA VIII ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Convocação

8.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de Debenturistas ("AGD"), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado nos Jornais de Publicação, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.3. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para sua instalação em primeira convocação.

8.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecido nesta Escritura ou em lei, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de comparecimento ou voto na respectiva AGD.

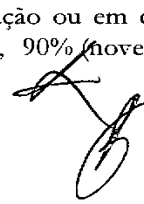

8.1.6. Para os fins de cálculo dos quóruns da presente Escritura, entende-se por "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures emitidas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de: (i) Controladas (direta ou indiretamente) pela Emissora; (ii) administradores da Emissora, incluindo, sem limitação, os parentes até segundo grau e pessoas direta ou indiretamente relacionadas a quaisquer dos administradores da Emissora; e (iii) fundos de investimento exclusivo da Emissora, ou entidade de fechada de previdência complementar por ela patrocinada.

8.2. Quórum de Instalação

8.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.2.2. Independentemente das formalidades previstas em lei e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

8.2.3. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 8.2.1 acima, as alterações relativas: (i) a qualquer das condições de Remuneração das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura; (ii) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura; (iii) à espécie das Debêntures; (iv) às Garantias Reais; (v) aos dispositivos sobre quórum previstos nesta Escritura; (vi) à Cláusula V desta Escritura, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

36



8.3. Mesa Diretora

8.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures, ou àquele designado pela CVM.

8.4. Quórum de Deliberação

8.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

8.4.2. Qualquer deliberação em AGD deverá contar com aprovação de Debenturistas representando pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto nas hipóteses de quórum específico previstas nesta Escritura.

8.5. Participação da Emissora

8.5.1. Se entender necessária a participação da Emissora em qualquer AGD, o Agente Fiduciário enviará notificação à Emissora informando-a da data e horário de referida AGD, que poderá decidir se participará ou não do conclave.

CLÁUSULA IX DECLARAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) na data de celebração desta Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na 2ª emissão de debêntures da Emissora, no valor total da emissão de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), por meio da qual foram emitidas 100 (cem) debêntures, da espécie quirografária, as quais contam com (1) penhor de direitos creditórios de titularidade da Emissora, em 1º grau, oriundos da prestação dos serviços, pela Emissora, para os usuários dos municípios autorizados e (2) cessão fiduciária sobre o saldo positivo da conta vinculada, com prazo de vencimento das debêntures em 15 de fevereiro de 2017. A Emissora vem cumprindo com regularidade os depósitos mensais dos recursos oriundos dos direitos creditórios empenhados, em montante equivalente a, no mínimo, 100% (cem

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



3402689

(vi) assegura e assegurará tratamento equitativo a todos os Debenturistas e a todos os titulares das debêntures a que se refere o inciso (v) acima; e

(vii) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento.

9.2. O Agente Fiduciário notificará imediatamente a Emissora caso qualquer das declarações prestadas na Cláusula 9.1 acima torne-se total ou parcialmente inverídica, incompleta ou incorreta.

9.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

9.4. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completeza das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.

CLÁUSULA X DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- (i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e o Contrato de Garantias Reais e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e do Contrato de Garantias Reais, bem como o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas, não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;



3402690

- (iii) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura e do Contrato de Garantias Reais têm poderes bastantes para tanto;
- (v) os termos desta Escritura e do Contrato de Garantias Reais não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora, suas Controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (vi) esta Escritura e o Contrato de Garantias Reais constituem obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (vii) as informações prestadas no âmbito da Oferta Restrita são atualizadas, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos seus ativos, passivos, responsabilidades, condição financeira, lucros, perdas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (viii) a celebração desta Escritura, do Contrato de Garantias Reais bem como a Oferta Restrita, (a) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora, suas Controladas e/ou coligadas sejam parte, ou ao qual seus bens ou direitos estejam vinculados, nem resultará em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, suas Controladas e/ou coligadas, exceto a Oneração prevista no Contrato de Garantias Reais, ou (iii) extinção de qualquer desses contratos ou instrumentos; e (b) não exigem a aprovação de qualquer Pessoa, exceto por JUCERJA, CETIP e os cartórios referidos na Cláusula 2.3.1 acima;
- (ix) as demonstrações financeiras da Emissora de 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, em conjunto com as respectivas notas explicativas, pareceres e/ou relatórios do auditor independente, (a) representam corretamente, em tais datas, a posição financeira da Emissora, suas Controladas e/ou coligadas, (b) foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e (b) refletem corretamente, em tais datas, os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (x) exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estejam sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, que estão adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras da Emissora, a Emissora, suas Controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto ainda por eventuais descumprimentos que não possam causar um Impacto Adverso Relevante;
- (xi) até onde a Emissora tenha conhecimento, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar um Impacto Adverso Relevante; e



3402691

- (xii) até onde a Emissora tenha conhecimento, não há fatos relativos à Emissora, a suas Controladas e coligadas, ou às Debêntures, que, até a data de sua integralização, não foram divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante desta Escritura ou do Contrato de Garantias Reais seja enganosa, incorreta ou inverídica.

10.2. A Emissora se compromete a notificar imediatamente o Agente Fiduciário, que comunicará os Debenturistas, caso quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura ou no Contrato de Garantias Reais tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

10.3. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta cláusula e do Contrato de Garantias Reais.

CLÁUSULA XI DESPESAS

11.1. Qualquer custo ou despesa eventualmente incorrido pela Emissora em razão da Emissão ou qualquer das obrigações aqui previstas — inclusive registro em cartório, honorários advocatícios, remuneração do Agente Fiduciário e do Escriturador, custas e despesas judiciais, tributos, encargos e taxas —, será de inteira responsabilidade da Emissora, não cabendo ao Agente Fiduciário, nem aos Debenturistas, qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou reembolso.

CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

12.1.1. Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados nos Jornais de Publicação, podendo adicionalmente, a critério da Emissora, ser publicados em outro(s) jornal(is) de grande circulação, observados os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário de qualquer publicação na data da sua realização.

12.1.2 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

60
A

Para a Emissora



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE

At: Hélio Cabral Moreira
Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova
CEP 20210-031, Rio de Janeiro, RJ
Telefone: (21) 2332-3644
Fax: (21) 2332-3644
Email: helio.cabral@cedae.com.br

3402692

Para o Agente Fiduciário

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

At: Viviane Rodrigues / Tatiana Lima
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900 – 10º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
Telefone: (11) 2172-2628 / (11) 2172-2613
Fax: (11) 3078-7264
Email: vrodriques@planner.com.br; tlima@planner.com.br; fiduciario@planner.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriturador

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara
CEP 06029-900 – Osasco, SP
At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fabio da Cruz Tomo
Tel.: (11) 3684-7911 / (11) 3864-2852
Fax: (11) 3684-2714
E-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br;
4010.tomo@bradesco.com.br

4010.custodiartf@bradesco.com.br

Para a CETIP

Av. República do Chile, 230, 11º andar
CEP 20031-919, Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (21) 2276-7474
ou
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663 - 1º andar
CEP 01452-001, São Paulo, SP
Telefone: (11) 3111-1400 / 2138-1400

12.1.3. As comunicações (i) serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima; e (ii) por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.



12.1.4. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à Emissora, a qual se encarregará de comunicar tal alteração a todas as demais Partes.

12.2. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, qualquer atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, não prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

3402693 12.3. A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

12.4. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.5. Esta Escritura, o Contrato de Garantias Reais e os demais documentos a serem celebrados com terceiros, relacionados com as Debêntures e as Garantias Reais, constituem o integral entendimento entre as Partes, com relação à Emissão.

12.6. As palavras e os termos constantes desta Escritura, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira, que, eventualmente, durante a vigência da presente Escritura, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos pelas Partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

12.7. As Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

12.8. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

12.9. A presente Escritura reger-se-á pelas leis brasileiras.

12.10. Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro para dirimir qualquer disputa ou controvérsia oriunda ou relacionada com esta Escritura.

E por estarem assim, justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2015.

[RESTANTE DA PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

62
11
(Página de Assinatura 1/2 do "Instrumento Particular de Escritura da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE")

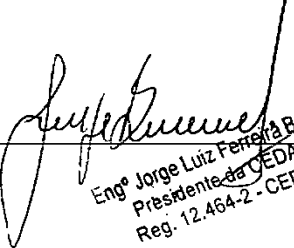


3402694

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

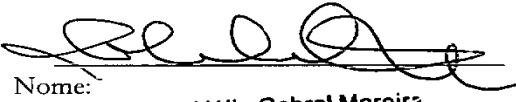
Nome:

Cargo:


Engº Jorge Luiz Ferreira Briard
Presidente da CEDAE
Reg. 12.464-2 - CEDAE

Nome:

Cargo:


Hélio Cabral Moreira
Diretor Administrativo-Financeiro
e de Relações com Investidores
DF - CEDAE

(Página de Assinatura 2/2 do "Instrumento Particular de Escritura da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE")



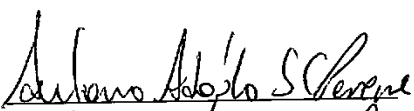
3402695

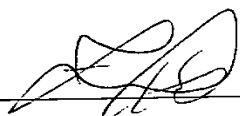
PLANNER TRUTEE DTVM LTDA.


Nome: **Viviane Rodrigues**
Cargo: **Diretora**


Nome: **Eder Lima Leal**
Cargo: **Procurador**

Testemunhas:


Nome: **ANTONIO ADONIAS S. C. PEREIRA**
CPF: **095.858.377-30**


Nome: **Zelia P. Souza**
RG: **28.641.925-7**

ANEXO I – LISTAGEM DOS MUNICÍPIOS AUTORIZADOS



3402696

1. ANGRA DOS REIS
2. APERIBE
3. BOM JARDIM
4. BOM JESUS ITABAPOANA
5. CACHOEIRAS DE MACACU
6. CAMBUCI
7. CANTAGALO
8. CARAPEBUS
9. CARDOSO MOREIRA
10. CORDEIRO
11. DUAS BARRAS
12. ENG. PAULO DE FRONTIN
13. ITABORAI
14. ITAGUAI
15. ITALVA
16. ITAOCARA
17. ITAPERUNA
18. JAPERI
19. LAJES DO MURIAE
20. MACAE
21. MACUCO
22. MAGÉ
23. MANGARATIBA
24. MARICÁ
25. MESQUITA
26. MIGUEL PEREIRA
27. MIRACEMA
28. NATIVIDADE
29. NILOPOLIS
30. PARACAMBI
31. PARAIBA DO SUL
32. PATY DO ALFERES
33. PINHEIRAL
34. PIRAI
35. PORCIÚNCULA
36. QUEIMADOS
37. QUISSAMÃ
38. RIO BONITO
39. RIO CLARO
40. RIO DAS OSTRAS
41. SANTA M. MADALENA
42. SÃO FIDELIS
43. SÃO FR. DO ITABAPOANA
44. SÃO JOÃO DA BARRA
45. SÃO JOÃO DE MERITI
46. SÃO JOSE DE UBÁ
47. SÃO SEBASTIÃO DO ALTO



3402697

- 48. SAPUCAIA
- 49. SEROPÉDICA
- 50. SUMIDOURO
- 51. TANGUÁ
- 52. TERESÓPOLIS
- 53. TRAJANO DE MORAES
- 54. VALENÇA
- 55. VARRE-SAI
- 56. VASSOURAS

48
A

A

E